



Davi e Guedes afirmam que pacto federativo é prioridade

Reunidos na residência oficial, Davi Alcolumbre e Paulo Guedes disseram que a revisão do pacto federativo será a principal discussão após a votação da reforma da Previdência pelo Congresso

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, e o ministro da Economia, Paulo Guedes, concordaram, em reunião ontem na residência oficial, que é necessário reformar o pacto federativo para descentralizar os recursos públicos. Atualmente, segundo Davi, 70% dos impostos ficam sob controle da União.

O presidente do Senado assegurou que os parlamentares estão empenhados em recuperar as finanças públicas. Ele disse que a nova distribuição de recursos do Fundo Social do Pré-Sal e a cessão onerosa

da exploração de petróleo, previstas em projetos que tramitam na Casa, podem contribuir para a economia de estados e municípios.

Ambos concordaram também que é preciso que os entes federativos participem da reforma da Previdência. Senão, disse Guedes, os recursos advindos de um novo pacto serão consumidos para pagar contas, e não para crescer

O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho, disse que existe um entendimento na Casa sobre a importância de incluir estados e municípios na reforma. **3**



Marcos Brambilla/Senado Federal

Após reunião com Guedes e Bezerra, Davi diz que Congresso se empenha em novo modelo de gestão de finanças públicas

Debate defende instalação de trens urbanos

Em audiência ontem na Comissão de Infraestrutura, debatedores defenderam a participação da iniciativa privada na implantação de trens urbanos. Eles apresentaram mecanismos para facilitar e acelerar a instalação

desse tipo de transporte nas cidades, com tarifas mais acessíveis. O objetivo da audiência foi instruir a elaboração do relatório sobre o projeto do marco regulatório do setor ferroviário. **4**



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Relator do projeto, senador Jean Paul Prates (2º à esq.) comanda debate sobre a implantação de trens nas cidades

Simpósio discute mais vagas para mulheres no Congresso **2**

Deficiente auditivo pode ficar isento de IPI para comprar carro

Projeto aprovado ontem na Comissão de Direitos Humanos inclui os deficientes auditivos na legislação que permite isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na compra

de carros para uso próprio. Relatora, a senadora Soraya Thronicke votou favoravelmente à proposta, mas destacou a necessidade de avaliação dos impactos da renúncia fiscal. **3**



Gerardo Magela/Agência Senado

Como há renúncia, o texto deve estimar o impacto fiscal, sugere Soraya

Maioridade penal gera divergências

O projeto que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos em crime hediondo, homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte opôs os convidados em debate na Comissão de Constituição e Justiça. **2**

Avança proteção a criança que sofre violência

Foi aprovado ontem na Comissão de Direitos Humanos projeto que estende a jovens vítimas de violência doméstica ou familiar garantias previstas a mulheres pela Lei Maria da Penha. **3**

Comissão aprova nomes indicados a 2 embaixadas

Flávio Damico, indicado à embaixada do Paraguai, e Julio Bitelli, à de Marrocos, foram aprovados em sabatina ontem na Comissão de Relações Exteriores. As indicações serão votadas agora em Plenário. **4**

Autista poderá ter carteira para prioridade em atendimentos **3**

Associação da América Latina pede integração regional **4**

Redução da maioria penal opõe especialistas

Audiência foi solicitada pelo relator da proposta que reduz para 16 anos a maioria penal, Marcelo Castro. Ele disse que os senadores precisam se informar sobre o assunto, segundo ele, relevante e complexo

A PROPOSTA DE redução da maioria penal no Brasil de 18 para 16 anos nos casos de crimes hediondos, homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte gerou controvérsia ontem em debate da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A mudança está prevista na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 115/2015, relatada na CCJ por Marcelo Castro (MDB-PI). O senador justificou a audiência dizendo que é preciso atualizar os parlamentares em primeiro mandato sobre o tema.

O procurador regional da República Guilherme Schelb disse que a redução deve ser tratada do ponto de vista civilizatório, com a inclusão dos pais e das famílias na educação e nos cuidados com as crianças brasileiras. Para ele, é claro que a sensação de impunidade estimula os adolescentes às práticas violentas.

O promotor Thales de Oliveira é favorável à redução



José Eduardo Cardozo, Marcelo Castro e Deise Benedito durante audiência

da maioria penal. Ele defendeu a modernização da legislação e explicou que a possibilidade de penalização para quem tem 16 anos se justifica pelas estatísticas que apontam o ingresso dos jovens no mundo do crime nessa idade.

O ex-ministro da Justiça e ex-deputado José Eduardo Cardozo se mostrou contrário às exposições favoráveis à PEC 115/2015, justificando que a prática de sanções restritivas da liberdade sem um critério apurado diminui as chances

de reinserção social, inclusive as inibitórias de condutas indevidas no futuro.

Especialista em relações de gênero e raça, a advogada Deise Benedito disse que adolescente precisa de escola e educação, e não de prisão. Ao ponderar que o sistema de tratamento para jovens infratores é ineficiente no Brasil, ela afirmou que um governo que não cumpre suas obrigações “é ilegítimo para punir”.

— A forma de reduzir criminalidade no Brasil já é matando — disse.

Wellington defende arma para morador de áreas rurais

Wellington Fagundes (PL-MT) comemorou ontem a aprovação do Projeto de Lei do Senado (PLS) 224/2017, que permite que moradores de áreas rurais maiores de 21 anos comprem arma de fogo e a utilizem para a segurança da propriedade.

— É importante ressaltar que esses projetos cobram requisitos necessários para que as pessoas, nessas condições, possam ter a posse estendida de armas, como bons antecedentes e também prática de manuseio com segurança — analisou o senador.



Gerência Magalot/Agência Senado

Para Confúcio, país precisa de reforma na educação

Confúcio Moura (MDB-RO) alertou ontem para a necessidade de promover a reforma de base mais importante: a da educação. O senador reconheceu a importância de aprovar outras reformas, mas avalia que, para promover um desenvolvimento sustentável, é preciso olhar para a educação.

— É igual a construir uma casa: se não houver uma base para assentar a construção, tudo desmorona; e assim também as reformas, sem uma educação, sem essa base, esse lastro, nada vai valer, nem Previdência, nada disso.



Gerência Magalot/Agência Senado

Paim celebra lei sobre perícia de aposentado com HIV

Paulo Paim (PT-RS) comemorou ontem a sanção da Lei 13.847, que dispensa as pessoas com HIV/aids aposentadas por invalidez de fazer reavaliação pericial de seis em seis meses. O avanço na legislação, lembrou, teve origem no Projeto de Lei do Senado (PLS) 188/2017, de autoria dele. Paim explicou que inicialmente o projeto foi vetado pelo Executivo, mas após a mobilização com o governo, o veto foi analisado em sessão do Congresso e derrubado com apoio até mesmo da base governista.



Gerência Magalot/Agência Senado

Debate sobre presença feminina no Parlamento domina simpósio

A busca por uma maior participação das mulheres no Legislativo, o empoderamento feminino e a igualdade de gênero foram debatidos ontem no Senado, durante o simpósio A Importância da Mulher na Construção de um Parlamento Democrático.

O Auditório Petrônio Portella ficou lotado para a palestra de abertura, da ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármen Lúcia.

— Todos temos que nos envolver nesta luta, como uma obrigação cívica, para que a lei seja cumprida e os direitos sejam iguais entre homens e mulheres — disse.

O senador Luiz do Carmo (MDB-GO) chamou a atenção para um projeto de lei dele que reserva 30% das vagas do Legislativo para mulheres (PL 2.235/2019).

Na qualidade de relatora do projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Rose de Freitas (Podemos-ES) adiantou, durante o simpósio, seu voto.

— Vou apresentar parecer favorável, mas depois entendo que podemos lutar para buscar a paridade — apontou a senadora, que é procuradora especial da Mulher na Casa.

O senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) disse que apoiará a proposta.

Diretora-geral do Senado, Ilana Trombka lembrou a trajetória de pioneiras, como a primeira senadora da República, Eunice Michiles, para ressaltar as dificuldades encontradas pelas mulheres para exercer o mandato. Segundo ela, as novas gerações devem perseverar na luta.

O nível da discussão e a representatividade dos participantes foram destacados pela diretora da Secretaria de Comunicação Social do Senado, Angela Brandão.

— É uma alegria ver o Senado tomar a frente nessa discussão, papel que historicamente o Congresso sempre teve. Encaramos essa situação com muito otimismo e entusiasmo.



Luiz do Carmo, Vanderlan e Rose, procuradora da Mulher, no simpósio

Janete de Araújo/Agência Senado

ERRAMOS

Diferentemente do que consta na matéria “Especialistas pedem energia eólica em assentamentos”, na página 8 de ontem, os dados sobre as fontes solar e eólica instaladas são do Ministério de Minas e Energia.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



PLENÁRIO Sessão não deliberativa

9h Discursos e avisos da Mesa.

SESSÃO ESPECIAL Aviação de segurança pública

14h Comemoração do Dia Nacional da Aviação de Segurança Pública.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burre
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editores-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Para Davi e Guedes, pacto federativo é prioridade

Presidente do Senado e ministro da Economia se encontraram ontem e destacaram que a descentralização dos recursos públicos será uma das principais discussões após o trâmite da reforma da Previdência Social

O PRESIDENTE DO Senado, Davi Alcolumbre, e o ministro da Economia, Paulo Guedes, concordaram ontem quanto à necessidade de reformar o pacto federativo para descentralizar os recursos públicos. Eles se reuniram na residência oficial da Presidência do Senado. Também participou o líder do governo, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE).

Davi reforçou a necessidade de que os governadores se integrem ao esforço pela aprovação da reforma da Previdência (PEC 6/2019). Por outro lado, reconheceu a preocupação dos mandatários estaduais com o cenário de concentração excessiva de verbas em Brasília.

— Não é possível a União arrecadar 70% dos impostos e ficar com o controle desses recursos esperando governadores e prefeitos virem a Brasília com o pires na mão. Parabenizo o governo por compreender isso.

Segundo o presidente do Senado, o ministro Paulo Guedes tem mantido diálogo com o Congresso para viabilizar essa agenda. Davi assegurou que os parlamentares também estão empenhados em construir um novo modelo de gestão das finanças públicas.

Os primeiros passos nessa direção devem ser os novos formatos de distribuição dos recursos do Fundo Social do Pré-Sal e da cessão onerosa de áreas de exploração de petróleo. Ambas as medidas dependem de projetos que se encontram no Senado (PLS 264/2017 e PLC 78/2018).

Guedes afirmou que essas medidas, bem como uma revisão mais ampla do pacto federativo, beneficiarão os caixas de estados e municípios. No entanto, ele salientou que os entes da Federação não estarão em posição de se



Davi conversa com Luiza Frischeisen, Mario Bonsaglia e Blal Dalloul

Presidente do Senado recebe indicados para dirigir a PGR

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, recebeu ontem os procuradores que encabeçam a lista tríplice para a Procuradoria-Geral da República: Mario Bonsaglia, Luiza Frischeisen e Blal Dalloul. Participaram o presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, Fábio da Nóbrega, e o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

O comando da PGR ficará vago em setembro, quando se encerra o mandato de Raquel Dodge. A entrega oficial da lista a Jair Bolsonaro deve ocorrer na próxima semana.

— Nos últimos 18 anos, essa construção democrá-

tica tem sido respeitada. Membros do Ministério Público Federal de todo o país participam de debates sobre questões fundamentais de nossa atuação e escolhem ao final os nossos líderes — disse Nóbrega.

Randolfe lembrou que o nome indicado pelo presidente da República é submetido à análise do Senado. Ele destacou que a lista foi respeitada nos mandatos dos ex-presidentes da República Lula, Dilma Rousseff e Temer.

— O presidente do Senado afirmou que o compromisso dele é com a lista tríplice. Espero que a tradição seja mantida.

beneficiar dessas melhorias se não entrarem na reforma.

— É importante para as finanças deles, senão lá na frente estarão fragilizados e, em vez de usarem esses recursos do novo pacto para crescerem, vão usar para pagar contas que nós estamos corrigindo para a União. Estamos lutando para recolocá-los.

Bezerra destacou que existe entendimento no Senado de que é importante a inclusão dos estados e municípios.

— Não vamos construir um sistema previdenciário com 27 sistemas, com 2 mil regimes próprios nos municípios. É preciso ter uma reflexão para construirmos a reforma para o desafio que o Brasil enfrenta.

Ele afirmou que a interação entre parlamentares, estados e a equipe técnica do ministério tem sido produtiva. A ideia é que ela leve a uma proposta que abra caminho para uma manifestação pública dos governadores de apoio à reforma.

Avança isenção de IPI na compra de carro por deficiente auditivo

Pessoas com deficiência auditiva poderão ter isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na compra de automóveis para transporte autônomo de passageiros. É o que prevê o PL 1.243/2019, de Mara Gabrilli (PSDB-SP), aprovado ontem na Comissão de Direitos Humanos.

O texto acrescenta a palavra “auditiva” ao rol de deficiên-

cias mencionado na Lei 8.989, de 1995. Na justificativa, a autora diz não ser justo o tratamento diferenciado aos deficientes auditivos na lei.

A relatora, Soraya Thronicke (PSL-MS), foi favorável e pediu que os impactos financeiros da renúncia sejam analisados pela Comissão de Assuntos Econômicos, onde o texto será votado em decisão final.

Texto amplia proteção a criança que sofre violência doméstica

Projeto aprovado pela Comissão de Direitos Humanos estende a jovens vítimas de violência doméstica ou familiar garantias previstas na Lei Maria da Penha. O PLS 485/2018, da CPI dos Maus-Tratos, segue para a Comissão de Constituição e Justiça.

O relator, Alessandro Vieira (Cidadania-SE), foi favorável à

proposta, porém, apresentou mudanças que resultaram em um substitutivo. O texto final altera somente dois artigos do ECA para dispor sobre o regime de plantão dos conselhos tutelares e sobre a comunicação ao Ministério Público em casos de medida cautelar de afastamento do agressor da moradia comum.

Comissão aprova carteira de identificação para autistas

A Comissão de Direitos Humanos aprovou projeto que prevê a confecção de carteira de identificação da pessoa com transtorno do espectro autista (TEA).

O objetivo é assegurar atendimento prioritário em serviços públicos e privados, em especial nas áreas de saúde, educação e assistência social.

A relatora do PL 2.573/2019, Soraya Thronicke (PSL-MS), apresentou voto favorável e disse que alguns municípios já adotam o documento.

O projeto, que segue à Comissão de Constituição e Justiça, obriga ainda os cinemas a reservar uma sessão mensal destinada a pessoas com autismo.

Vítimas da Chapecoense têm que ser indenizadas, afirma Nelsinho

O presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE), Nelsinho Trad (PSD-MS), reclamou ontem, durante a reunião, que, passados quase três anos da tragédia com o voo da Chapecoense, o caso permanece com inúmeras pendências judiciais, indenizatórias e securitárias, como

aponta a Associação dos Familiares das Vítimas do Voo da Chapecoense (Afav-C).

Ele anunciou que fará gestões para que seja dado andamento a negociações com relação a indenizações às famílias. Para isso, a CRE decidiu onde fazer audiências públicas em agosto.

Reforma tributária é urgente, diz Jayme Campos

Jayme Campos (DEM-MT) defendeu ontem, em Plenário, que a reforma tributária passe a integrar a agenda prioritária. Para ele, o Brasil entrou numa quadra de esgotamento e que as reformas estruturais serão fundamentais para melhorar as expectativas dos agentes econômicos. O senador criticou o Sistema Tributário Nacional ao defini-lo como desigual. Para ele, o contribuinte paga uma carga elevada e não tem retorno na melhoria dos serviços públicos.



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Izalci elogia execução obrigatória de emendas

Izalci Lucas (PSDB-DF) elogiou ontem, em Plenário, a Emenda Constitucional 100, que obriga a execução das emendas parlamentares de bancadas estaduais. A EC 100 foi promulgada na quarta-feira pelo Congresso Nacional. O senador explicou que essas emendas são recursos do Orçamento que o Congresso direciona para ações e obras escolhidas por deputados e senadores. Com a promulgação da EC 100, os estados têm garantia de que vão receber os recursos.



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Eliziane pede atenção à Lei de Incentivo à Cultura

Eliziane Gama (Cidadania-MA) destacou ontem, em Plenário, a importância da Lei de Incentivo à Cultura para a geração de emprego e renda e para a revelação de novos talentos.

A senadora chamou a atenção do governo para a necessidade de investimento na chamada economia criativa, baseada na diversidade cultural e intelectual. Segundo Eliziane, esse setor precisa de apoio para que os artistas deixem o anonimato e mostrem o seu talento.



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Juíza Selma critica taxas de analfabetismo em MT

Juíza Selma (PSL-MT) criticou ontem, em Plenário, as altas taxas de analfabetismo no país e, principalmente, em Mato Grosso, que ocupa o primeiro lugar no ranking dos estados do Centro-Oeste. Segundo ela, o município de Nossa Senhora do Livramento tinha 22% da população analfabeta em 2010. Nove anos depois, a taxa continua a mesma, lamentou a senadora. Para ela, isso se deve à conveniência que o analfabetismo representa para a classe política.



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Avançam indicações para Paraguai e Marrocos

Flávio Damico avalia a Rota Bioceânica como pauta prioritária nas relações com o Paraguai. Julio Bitelli aposta em melhoria e diversificação do comércio entre Brasil e Marrocos

A COMISSÃO DE Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem os nomes de Flávio Damico e Julio Bitelli, indicados para chefiar embaixadas do Brasil no Paraguai e em Marrocos, respectivamente. As indicações seguem agora para o Plenário.

Em sabatina, Damico disse que, em relação ao Paraguai, a prioridade é viabilizar a Rota Bioceânica, também chamada de Rota de Integração Latino-Americana (Rila), que vai ligar o Brasil aos portos chilenos no Oceano Pacífico, passando pelos territórios paraguaio e argentino.

Segundo ele, incrementar a integração física entre Brasil e Paraguai terá um enorme impacto nas economias dos dois países, por isso vem sendo tratada como prioridade nas relações externas pelas duas gestões governamentais.

— Já está acordado que o Brasil construirá uma nova ponte sobre o Rio Paraná, desafogando a Ponte da Amizade. Já o governo paraguaio vai financiar a ponte sobre o Rio Paraguai, ligando as cidades de Porto Murtinho e

Carmelo Peralta. Essa ponte vai ser muito importante para o corredor bioceânico e para as exportações de soja que produzimos no Centro-Oeste. É um projeto estratégico com enormes consequências positivas, porque encurtará a distância percorrida pelos produtores brasileiros no acesso aos portos do Pacífico.

O presidente da CRE, senador Nelsinho Trad (PSD-MS), ressaltou a relevância estratégica da Rota Bioceânica:

— A interligação vai diminuir em 8 mil quilômetros marítimos a distância no acesso ao mercado asiático e reduzir em 40% o frete na drenagem dos produtos agrícolas.

Brasiguaios

Damico informou que vivem hoje no Paraguai cerca de 330 mil brasiguaios — como são chamados os brasileiros ou descendentes diretos de famílias com origem no Brasil — que moram em sua grande maioria na parte leste paraguaia, próximo à fronteira. Ele garantiu que os brasiguaios prestam uma “contribuição inestimável”



Flávio Damico e senador Nelsinho Trad (D) ouvem a explicação de Julio Bitelli sobre acordos Brasil-Marrocos

ao desenvolvimento do setor agrícola daquele país, mas o tema sempre requer a atenção da embaixada brasileira.

— Os brasiguaios já são responsáveis por grande parte da produção de soja por lá. Frequentemente essa comunidade está envolvida na disputa por terras, pois 60% delas pertencem à comunidade brasileira nas regiões produtivas. Há uma grande insegurança jurídica quanto aos títulos de propriedade e o tema costuma ser politizado localmente — alertou.

Damico disse que as relações comerciais entre Brasil e

Paraguai chegaram a US\$ 4,1 bilhões em 2018, segundo o Ministério da Economia.

Acordos

Sobre Marrocos, Julio Bitelli disse, em sabatina, que os acordos assinados em 13 de junho pelos ministros das Relações Exteriores brasileiros e marroquino devem levar as relações entre os dois países a “um patamar novo e mais alto”.

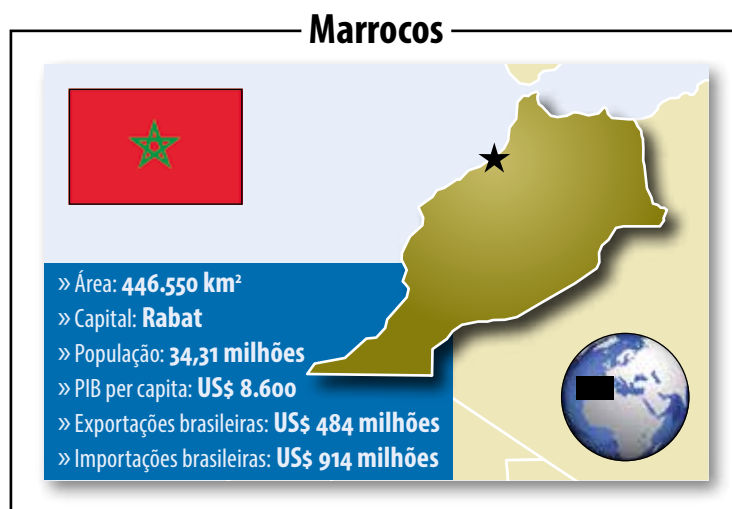
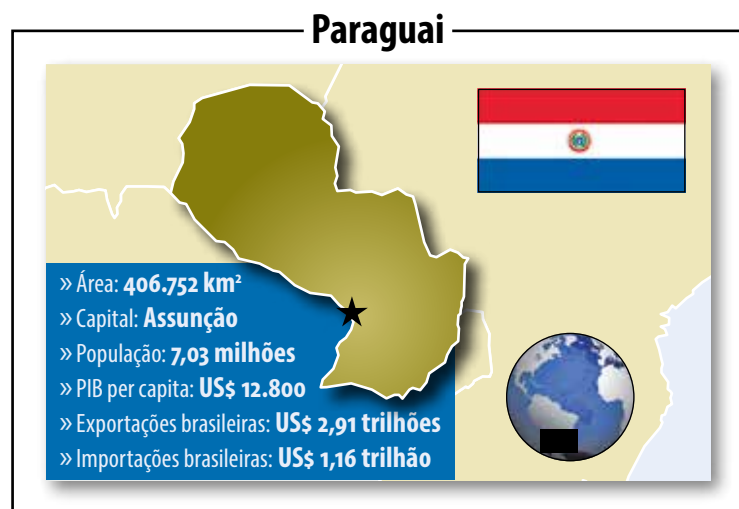
— Os acordos são variados e importantes. Destaco o que evita a bitributação em transporte aéreo e marítimo, uma reivindicação antiga deles. Sabemos a importância que

atingiu a ligação diária aérea entre São Paulo e Casablanca, viabilizada pela Royal Air Maroc. Dá uma densidade e qualidade às nossas relações que é muito relevante.

Bitelli também destacou o acordo de cooperação e facilitação de investimentos, que deve diversificar a pauta bilateral. Hoje o Brasil compra só fosfato do Marrocos, enquanto eles compram milho, açúcar, pimenta e tabaco do Brasil. O diplomata também vê um bom potencial no acordo de cooperação na área de defesa, que abre o mercado marroquino a nossos produtos.

— Marrocos tem o terceiro maior orçamento da África em defesa. É um país que tem vizinhos complexos, relações complicadas com alguns deles, e devemos fornecer produtos. Eles já estão negociando com a Embraer e a Avibras — disse.

O senador Nelsinho Trad disse esperar que essa aproximação incremente as trocas comerciais. Ele lamentou que entre 2012 e 2018 o intercâmbio entre os dois países caiu muito, diminuindo de US\$ 2,2 bilhões para US\$ 1,4 bilhão.



Fonte: CIA World Factbook e Ministério da Economia

Debate: trens urbanos deverão atrair empresas

Mecanismos para facilitar e acelerar a implantação do transporte por ferrovias nas cidades, com tarifas mais acessíveis, foram apresentados ontem na audiência pública na Comissão de Infraestrutura que debateu o projeto sobre o marco regulatório ferroviário (PLS 261/2018).

Facilitar a desapropriação de terrenos e agregar valor à região das estações, tornando-as pontos de oferta de serviços, comércio, equipamentos públicos e de negócios imobiliários foram algumas das sugestões feitas para atrair o interesse dos investidores privados e diminuir o aporte de recursos públicos na instalação e operação desses trens de passageiros.

O senador Jean Paul Prates (PT-RN) é o relator do projeto e, em três audiências públicas,

ouviu especialistas para aprimorar a redação do texto, do senador José Serra (PSDB-SP).

Ele adiantou que fará mudanças no projeto com relação às desapropriações, para permitir o pagamento de indenizações a moradores de invasões ou favelas, por exemplo, que não podem ser deslocados com compensações financeiras por não serem proprietários reais do terreno, o que acaba por impedir a consolidação de obras que beneficiariam toda a população. Hoje a lei não permite esses arranjos.

Exploração

Assessor do Ministério do Desenvolvimento Regional, Geraldo Garcia defendeu ser possível atrair a iniciativa privada para a instalação de trens urbanos se a empresa puder

fazer a exploração imobiliária da área ao redor das estações, permitindo a transformação do local e valorizando-a com universidade, área de lazer, residências, comércio, hospitais.

Procurador municipal de Belo Horizonte, Fernando Garcia chamou a atenção para o modelo regulatório a ser definido na lei, se os trens devem ser privados ou uma concessão do Estado. Segundo ele, o Congresso pode adotar um sistema considerado “assimétrico”, quando é possível usar mais de um modelo ao mesmo tempo, seja a concessão ou o arrendamento a um ente privado.

Jean Paul Prates informou que pretende entregar seu relatório antes do recesso ou, no máximo, logo após o retorno dos trabalhos parlamentares.

Diplomata mexicano quer mais integração na América Latina

Senadores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) participaram ontem de audiência pública sobre a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi). Composta por 13 países, a associação existe desde 1980.

— Atualmente é o maior grupo americano de integração econômica e social, com 530 milhões de habitantes e um PIB superior a US\$ 5 trilhões em 2017. Muitas vezes isso passa despercebido e a gente não tem conhecimento da importância dessa instituição — afirmou o senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE).

Secretário-geral da Aladi, o mexicano Alejandro de la Peña Navarrete, afirmou

que o futuro da agremiação passa pela possibilidade de novos acordos entre os países associados com outros blocos.

— O futuro da Aladi depende do que os países membros desejam fazer. Temos muitas oportunidades de fazer um salto quantitativo e qualitativo na Aladi. Mas certos países da Aladi, entre eles o Brasil, têm trabalhado e negociado com outros países da região, mas precisamos multilateralizar e plurilateralizar — disse Navarrete.

Criada pelo Tratado de Montevidéu, a Aladi é composta por Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.